



COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO Nº, DE 2023.
(Do Sr. GILSON DANIEL)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a atual situação da Ferrovia Leopoldina.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência, a realização de audiência pública, para discutir a atual situação da Ferrovia Leopoldina, com a presença dos convidados abaixo relacionados:

- **Sr. Ministro dos Transportes, Renan Filho;**
- **Secretário de Transportes Ferroviários do Ministério dos Transportes, Sr. Leonardo Cesar Ribeiro;**
- **Diretor Geral da Agência Nacional dos Transportes Terrestres, Sr. Rafael Vitale;**
- **Representante do Ministério Público Federal;**
- **Representante do Tribunal de Contas da União;**
- **Representantes das Prefeituras dos municípios capixabas de Vila Velha, Cariacica, Viana, Domingos Martins, Marechal, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Cachoeiro, Atílio Vivaqua, Muqui, Mimoso;**
- **Representante da Empresa VLI - Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S/A (FCA)**

JUSTIFICAÇÃO





A **Estrada de Ferro Leopoldina** foi a primeira ferrovia implantada na região Sudeste do Brasil, mais precisamente em Minas Gerais. Inaugurada em 1874, expandiu-se principalmente no Rio de Janeiro e chegou até Vitória, no Espírito Santo.

Em seu auge, o sistema ferroviário chegou a compreender, mais de 3.200 quilômetros de trilhos. Os trens que partiam do Rio iam para o interior de Minas Gerais e para o Espírito Santo.

Hoje tanto a Estação quanto a linha férrea estão abandonadas.

As prefeituras de Vila Velha, Cariacica, Viana, Domingos Martins, Marechal, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Cachoeiro, Atílio Vivaqua, Muqui e Mimoso que são cortados pela antiga linha férrea Leopoldina **protocolaram um pedido de cessão do domínio da via ferroviária para os municípios**.

De acordo com as autoridades municipais, a concessionária que administra a via férrea não dá manutenção no patrimônio, nem permite que as prefeituras realizem ações de revitalização nos locais. Com o pouco cuidado, acontecem de furtos e vandalismo. Além de edificações abandonadas servirem de abrigo para criminosos.

A ideia é preservar os trilhos e recuperar as estações, dando a elas novas finalidades sociais, como áreas de lazer, museus, faixas multiuso, trilhas de caminhadas e pedal. Sabemos que para isso se tornar realidade, todos os municípios devem unir forças para reivindicar seus interesses neste patrimônio.

Necessário, portanto, trazer ao âmbito desta comissão este debate, uma vez que este colegiado é o fórum adequado para as tratativas desta natureza. Assim, solicito o apoio dos nobres colegas para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de 01 agosto de 2023.

Deputado **GILSON DANIEL**
PODE/ES

